

GABARITOS (antes dos recursos)

Prova 2 - Comum a todas as áreas (aplicada em 29/09/2002 - DOMINGO - MANHÃ)					
01 - C	11 - D	21 - C	31 - C	41 - D	51 - D
02 - D	12 - C	22 - E	32 - A	42 - B	52 - C
03 - B	13 - D	23 - B	33 - D	43 - E	53 - B
04 - A	14 - A	24 - B	34 - B	44 - B	54 - A
05 - C	15 - C	25 - A	35 - B	45 - C	55 - E
06 - B	16 - A	26 - E	36 - C	46 - A	56 - E
07 - B	17 - E	27 - D	37 - D	47 - C	57 - A
08 - E	18 - A	28 - A	38 - E	48 - B	58 - D
09 - D	19 - E	29 - B	39 - B	49 - C	59 - A
10 - E	20 - B	30 - A	40 - E	50 - E	60 - D

Prova 3 - (aplicada em 29/09/2002 - DOMINGO - TARDE)

Área: Auditoria						Área: Aduana					
01 - B	11 - D	21 - A	31 - D	41 - A	51 - C	01 - E	11 - C	21 - A	31 - E	41 - C	51 - C
02 - D	12 - A	22 - C	32 - D	42 - D	52 - E	02 - A	12 - B	22 - B	32 - D	42 - D	52 - B
03 - C	13 - C	23 - E	33 - C	43 - C	53 - E	03 - B	13 - E	23 - D	33 - B	43 - A	53 - D
04 - C	14 - C	24 - A	34 - E	44 - E	54 - A	04 - C	14 - B	24 - E	34 - A	44 - E	54 - C
05 - D	15 - E	25 - E	35 - A	45 - B	55 - C	05 - D	15 - D	25 - C	35 - A	45 - D	55 - E
06 - B	16 - B	26 - B	36 - B	46 - C	56 - A	06 - A	16 - B	26 - A	36 - E	46 - E	56 - A
07 - E	17 - E	27 - E	37 - A	47 - B	57 - E	07 - E	17 - E	27 - D	37 - D	47 - A	57 - E
08 - B	18 - A	28 - C	38 - C	48 - C	58 - D	08 - C	18 - A	28 - C	38 - C	48 - D	58 - C
09 - D	19 - B	29 - A	39 - B	49 - A	59 - D	09 - A	19 - B	29 - C	39 - B	49 - B	59 - B
10 - A	20 - D	30 - D	40 - B	50 - E	60 - A	10 - D	20 - D	30 - E	40 - C	50 - A	60 - B

Área: Pol. e Administração Tributária					
01 - D	11 - A	21 - A	31 - C	41 - B	51 - E
02 - A	12 - E	22 - C	32 - B	42 - A	52 - A
03 - E	13 - D	23 - E	33 - A	43 - A	53 - D
04 - C	14 - B	24 - C	34 - D	44 - B	54 - D
05 - B	15 - C	25 - E	35 - E	45 - A	55 - C
06 - E	16 - E	26 - B	36 - D	46 - C	56 - E
07 - D	17 - D	27 - B	37 - B	47 - E	57 - C
08 - B	18 - C	28 - D	38 - C	48 - B	58 - D
09 - C	19 - A	29 - E	39 - B	49 - E	59 - A
10 - A	20 - B	30 - A	40 - E	50 - D	60 - B



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
2002.2

Auditor-Fiscal da Receita Federal

P.2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4h**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - **Não** amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.8 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 20	2
Direito Tributário e Sistema Tributário Nacional	21 a 40	
Direito Constitucional	41 a 60	

Boa Prova

CONTABILIDADE GERAL

01- José Rodrigues Mendes, Maria Helena Souza e Pedro Paulo Frota, tempos atrás, criaram uma empresa para comerciar chinelos e roupas, na forma de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, com capital inicial de 20 mil reais, dividido em quatro quotas iguais, sendo dois quartos para José Rodrigues, completamente integralizado.

Hoje, a relevação patrimonial dessa empresa apresenta:

dinheiro no valor de R\$ 2.000,00;
títulos a receber de Manuel Batista, R\$ 4.000,00;
duplicatas aceitas pelo mercado local, R\$ 6.000,00;
móveis de uso, no valor de R\$ 5.000,00;
duplicatas emitidas pela Brastemp R\$ 2.500,00;
empréstimos no Banco do Brasil, R\$ 5.800,00;
adiantamentos feitos a empregados, no valor de R\$ 200,00;
adiantamento feito a Pedro Paulo, no valor de R\$ 1.800,00.

Os bens para vender estão avaliados em R\$ 5.300,00; o aluguel da loja está atrasado em R\$ 1.000,00; e o carro da firma foi comprado por R\$ 8.100,00.

No último período a empresa conseguiu ganhar R\$ 4.900,00, mas, para isto, realizou despesas de R\$ 2.600,00.

Ao elaborar a estrutura gráfica patrimonial com os valores acima devidamente classificados, a empresa vai encontrar capital próprio no valor de:

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 21.300,00
- c) R\$ 23.100,00
- d) R\$ 22.300,00
- e) R\$ 24.300,00

02- Apresentamos as contas e saldos constantes do balancete de verificação da Cia. Cezamo, em 31.12.01:

Adiantamento de Clientes	R\$ 1.600,00
Adiantamento a Diretores	R\$ 1.800,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 2.000,00
Aluguéis Ativos a Receber	R\$ 1.000,00
Aluguéis Ativos a Vencer	R\$ 1.200,00
Caixa	R\$ 2.200,00
Capital Social	R\$ 12.000,00
Clientes	R\$ 4.600,00
Depreciação Acumulada	R\$ 1.500,00

Fornecedores	R\$ 5.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 10.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 1.200,00
Reserva Legal	R\$ 1.500,00

Com as contas listadas, a Cia. Cezamo elaborou o Balanço Patrimonial, cujo grupo Ativo tem o valor de

- a) R\$ 18.100,00
- b) R\$ 18.500,00
- c) R\$ 19.700,00
- d) R\$ 20.100,00
- e) R\$ 21.700,00

03- A propósito da composição do patrimônio líquido, abaixo são apresentadas cinco assertivas, sendo quatro incorretas. Assinale a opção que contém a afirmativa certa.

- a) A conta Capital Social deverá ser apresentada no balanço discriminando o montante do capital autorizado, deduzindo a parcela do capital ainda não realizado (Capital a Integralizar), de forma a demonstrar o valor líquido do capital social.
- b) Todas as contas originadas da distribuição do resultado final do exercício, constituídas pela apropriação de lucros, deverão ser classificadas como reservas de lucros.
- c) Serão classificados como reservas de reavaliação os aumentos de valor atribuídos pela empresa a elementos do ativo em virtude de novas avaliações, desde que sejam aprovados pela Assembléia Geral aqueles que não forem embasados em laudo pericial.
- d) Deverão ser classificadas como reserva de capital, agrupadas ou separadamente, entre outras, as doações e subvenções recebidas, quando destinadas a investimentos, e os prêmios pagos na emissão de debêntures.
- e) A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados registrará os resultados positivos que ficaram retidos para pagamento futuro de dividendos, ou os resultados negativos que não puderam ser compensados no exercício.

04- Em 01.10.01 foram descontadas duplicatas em banco. Uma duplicata no valor de R\$ 10.000,00, com vencimento para 10.11.01, não foi liquidada e o banco transferiu para cobrança simples, no dia do vencimento.

Em 01.12.01, após conseguir um abatimento de 30% no valor da duplicata, o cliente liquidou a dívida junto ao banco, pagando, ainda, juros de R\$ 70,00.

O registro contábil da operação realizada no dia 01.12.01 foi assim feito pelo emitente da duplicata:

a)	Diversos		
	a Diversos		
	Abatimentos Concedidos	3.000,00	
	Bancos c/ Movimento	<u>7.070,00</u>	10.070,00
	a Duplicatas a Receber	10.000,00	
	a Juros Ativos	<u>70,00</u>	10.070,00
b)	Diversos		
	a Diversos		
	Duplicatas Descontadas	10.000,00	
	Juros Ativos	<u>70,00</u>	10.070,00
	a Bancos c/ Movimento	7.070,00	
	a Abatimentos Concedidos	<u>3.000,00</u>	10.070,00
c)	Diversos		
	a Diversos		
	Bancos c/ Movimento	7.070,00	
	Abatimentos Auferidos	<u>3.000,00</u>	10.070,00
	a Duplicatas Descontadas	10.000,00	
	a Juros Ativos	<u>70,00</u>	10.070,00
d)	Duplicatas Descontadas	<u>10.000,00</u>	10.000,00
	a Diversos		
	a Bancos c/ Movimento	7.000,00	
	a Abatimentos Auferidos	<u>3.000,00</u>	10.000,00
e)	Diversos		
	a Diversos		
	Duplicatas a Receber	10.000,00	
	Juros Ativos	<u>70,00</u>	10.070,00
	a Abatimentos Obtidos	3.000,00	
	a Bancos c/ Movimento	<u>7.070,00</u>	10.070,00

05- A empresa Asper Outra Ltda., no mês de agosto de 2001, realizou os negócios abaixo descritos com o item Z34 de seu estoque.

- 01- compra de 250 unidades;
- 02- venda de 200 unidades;
- 03- as mercadorias são tributadas
na compra: com ICMS de 15%; e com IPI de 5%;
na venda: com ICMS de 12%;
- 04- o custo inicial do estoque foi avaliado em R\$ 25,00 por unidade;
- 05- nas compras foi praticado um preço unitário de R\$ 30,00;
- 06- nas vendas o preço unitário praticado foi de R\$ 45,00;
- 07- As operações de compra e de venda foram realizadas a vista, com cheques do Banco do Brasil, tendo a empresa Asper emitido o cheque 001356 e recebido o cheque 873102, prontamente depositado em sua conta corrente.

Considerando-se, exclusivamente, essas operações e todas as informações acima, pode-se afirmar que a conta corrente bancária da empresa Asper Outra Ltda. foi aumentada em

- a) R\$ 2.250,00
- b) R\$ 1.500,00
- c) R\$ 1.125,00
- d) R\$ 750,00
- e) R\$ 275,00

06- A Merceria Mercados S/A calculou custos e lucros em agosto de 2001, com fulcro nas seguintes informações:

O custo das vendas foi calculado com base em estoques iniciais ao custo total de R\$ 120.000,00, compras, a vista e a prazo, ao preço total de R\$ 260.000,00 e vendas, a vista e a prazo, no valor de R\$ 300.000,00, restando em estoque para balanço o valor de R\$ 150.000,00.

A tributação ocorreu de modo regular, com ICMS à alíquota de 17%, PIS/faturamento a 1% e COFINS a 3%.

Após a contabilização dos fatos narrados, a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício vai evidenciar o lucro bruto de

- a) R\$ 50.880,00
- b) R\$ 51.200,00
- c) R\$ 61.280,00
- d) R\$ 71.280,00
- e) R\$ 71.600,00

07- Abaixo são apresentadas cinco assertivas. Quatro delas são verdadeiras. Assinale a opção que contém a afirmativa incorreta.

- a) Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.
- b) O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pelas reservas de capital, nessa ordem.
- c) Lucro líquido do exercício é o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações estatutárias.
- d) A reserva constituída com o produto da venda de partes beneficiárias poderá ser destinada ao resgate desses títulos.
- e) A proposta para formação da reserva de contingências deverá indicar a causa da perda prevista e justificar a constituição da reserva.

08- A empresa Metais & Metalurgia S/A, no exercício de 2001, auferiu lucro líquido, antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações contratuais e estatutárias, no valor de R\$ 220.000,00.

Na Contabilidade da empresa foram colhidas as informações de que:

1 – o patrimônio líquido, antes da apropriação e distribuição do lucro, era composto de:

Capital Social	R\$ 280.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 76.000,00

2 – o passivo circulante, após a apropriação e distribuição do lucro, era composto de:

Fornecedores	R\$ 450.000,00
Dividendos a Pagar	R\$ 20.000,00
Provisão p/ Imposto de Renda	R\$ 64.000,00
Participações no Lucro a Pagar	R\$? ? ?

As participações no lucro foram processadas nos seguintes percentuais:

Participação de Partes Beneficiárias	05%
Participação de Debenturistas	08%
Participação de Administradores	10%
Participação de Empregados	10%

Calculando-se o valor das participações citadas, nos termos da legislação societária, sem considerar as possíveis implicações de ordem fiscal, nem os centavos do cálculo, pode-se dizer que os valores apurados serão:

- a) Participação de Partes Beneficiárias R\$ 3.240,00
- b) Participação de Debenturistas R\$ 5.760,00
- c) Participação de Administradores R\$ 7.360,00
- d) Participação de Empregados R\$ 8.000,00
- e) Lucro Líquido final na DRE R\$ 132.636,00

09- A empresa de Pedras & Pedrarias S/A. demonstrou no exercício de 2001 os valores como se-
guem:

Lucro bruto	R\$ 90.000,00
Lucro operacional	R\$ 70.000,00
Receitas operacionais	R\$ 7.500,00
Despesas operacionais	R\$ 27.500,00
Participação de Administradores	R\$ 2.500,00
Participação de Debenturistas	R\$ 3.500,00
Participação de Empregados	R\$ 3.000,00

A tributação do lucro dessa empresa deverá ocorrer à alíquota de 30% para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, conjuntamente. Assim, se forem calculados corretamente o IR e a CSLL, certamente o valor destinado, no exercício, à constituição da reserva legal deverá ser de

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 2.070,00
- c) R\$ 2.090,00
- d) R\$ 2.097,50
- e) R\$ 2.135,00

10- A Metalúrgica MFG utiliza o Sistema de Inventário Periódico, trabalhando com três contas básicas: Mercadorias, Compras de Mercadorias e Vendas de Mercadorias.

Antes de contabilizar os ajustes de ICMS nas entradas e saídas de mercadorias, a Contabilidade apresentava os seguintes saldos:

Mercadorias	R\$ 24.000,00;
Compras de Mercadorias	R\$ 254.000,00;
Vendas de Mercadorias	R\$ 474.000,00;
Lucro Bruto	R\$ 196.000,00.

Após contabilizar os ajustes de ICMS à alíquota de 10%, a empresa vai apurar que

- a) o inventário final é nulo (não há estoques).
- b) não há dados para apurar o estoque final.
- c) o ICMS a Recolher será de R\$ 47.400,00.
- d) o Lucro Bruto será de R\$ 176.400,00.
- e) o Lucro Bruto será de R\$ 174.000,00.

11- Apurando custos e estoques a cada mês, a empresa Yagoara S/A processou os cálculos do mês de dezembro de 2001 a partir dos seguintes dados:

Estoque inicial avaliado em R\$ 22.000,00.
Compras de mil unidades ao preço unitário de R\$ 25,00.
Vendas de 720 unidades ao preço unitário de R\$ 50,00.
IPI sobre compras a 8%.
ICMS sobre compras a 12%.
ICMS sobre vendas a 17%.
Devolução de vendas no valor de R\$ 6.000,00.
Estoques avaliados pelo critério PEPS.
Estoque inicial mensurado em 1.100,00 unidades.
Todas as operações do período foram realizadas a prazo.

Com fulcro nos dados e informações acima, o cálculo correto dos custos vai indicar um estoque final no valor de:

- a) R\$ 36.000,00
- b) R\$ 34.000,00
- c) R\$ 33.000,00
- d) R\$ 31.600,00
- e) R\$ 30.000,00

12- A Nossa Loja de Departamentos Ltda. avalia seus estoques utilizando uma variante do método do preço específico.

As mercadorias adquiridas recebem etiquetas com o preço de venda, formado a partir do custo unitário com acréscimo de percentual fixo como margem de lucro.

A empresa em epígrafe fixou a margem de lucro em 25% sobre o preço de venda, tendo em vista que pagará 12% de ICMS para cada unidade vendida.

No período considerado, o movimento físico constou de estoque inicial de 1.000 unidades, compras de 1.500 unidades e vendas de 2.000 unidades.

A receita bruta de vendas alcançou o valor de R\$ 200.000,00.

Não houve devoluções, abatimentos ou vendas canceladas.

Com base nas informações acima, pode-se dizer que o estoque final, nesse período, alcançou o montante de

- a) R\$ 50.000,00
- b) R\$ 44.000,00
- c) R\$ 40.000,00
- d) R\$ 37.500,00
- e) R\$ 31.500,00

13- Apresentamos abaixo cinco frases relacionadas com o ativo permanente, sendo quatro verdadeiras e apenas uma falsa. Assinale a opção que contém a assertiva errada.

- a) Depreciação é a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência.
- b) Exaustão é a importância correspondente à diminuição do valor dos recursos naturais, minerais e florestais, resultante de sua exploração.
- c) Amortização é a importância correspondente à recuperação do capital aplicado na aquisição de direitos, cuja existência ou exercício tenha duração limitada.
- d) Reparos são serviços que recolocam o ativo em condições normais de operação e que adicionam vida útil ao ativo, não sendo considerados despesas do exercício.
- e) Manutenção refere-se a serviços regulares e periódicos efetuados para prevenir contra a necessidade constante de reparos ou consertos e que não adicionam vida útil ao ativo e são considerados despesas do exercício.

14- A Nossa Firma de Comércio S/A comprou, a vista, por R\$ 18.000,00, ações equivalentes a 40% do capital social da Cia. Sideral de Indústria.

Essa empresa tem um patrimônio líquido formado de:

Capital Social	R\$ 40.000,00
Reservas de Capital	R\$ 12.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 8.000,00

O investimento é relevante e deverá ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, para fins de balanço.

Por ocasião da operação de compra acima descrita, a empresa investidora deverá efetuar o seguinte lançamento contábil:

- a) Ações de Coligadas
Cia. Sideral de Indústria
a Diversos
a Bancos conta Movimento R\$ 18.000,00
a Deságio – Cia. Sideral de Indústria R\$ 6.000,00 R\$ 24.000,00
- b) Ações de Coligadas
Cia. Sideral de Indústria
a Diversos
a Bancos conta Movimento R\$ 18.000,00
a Ágio – Cia. Sideral de Indústria R\$ 6.000,00 R\$ 24.000,00
- c) Diversos
a Bancos conta Movimento
Ações de Coligadas
Cia. Sideral de Indústria R\$ 16.000,00
Ágio – Cia. Sideral de Indústria R\$ 2.000,00 R\$ 18.000,00
- d) Diversos
a Bancos conta Movimento
Ações de Coligadas
Cia. Sideral de Indústria R\$ 16.000,00
Deságio – Cia. Sideral de Indústria R\$ 2.000,00 R\$ 18.000,00
- e) Ações de Coligadas
Cia. Sideral de Indústria
a Bancos conta Movimento R\$ 18.000,00

15- A empresa Mine Max S/A tinha apenas uma máquina comprada há 8 anos, mas muito eficiente. No balanço de 31.12.01, essa máquina constava com saldo devedor de R\$ 15.000,00, sem considerar a conta de depreciação acumulada, contabilizada com resíduo de 20%.

Pois bem, essa máquina tinha vida útil de 10 anos, iniciada em primeiro de janeiro e foi vendida em 30 de junho de 2002, causando um perda de capital de 30% sobre o preço alcançado na venda.

Faça os cálculos necessários para apurar o valor obtido na referida venda, assinalando-o entre as opções abaixo.

- a) R\$ 2.340,00
- b) R\$ 3.360,00
- c) R\$ 3.692,31
- d) R\$ 3.780,00
- e) R\$ 4.153,85

16- A empresa Desmontando S/A vendeu o seu Ativo Permanente, a vista, por R\$ 100.000,00. Dele constavam apenas uma mina de carvão e um trator usado.

A mina teve custo original de R\$ 110.000,00 e o trator fora comprado por R\$ 35.000,00 há exatos quatro anos.

Quando da aquisição da mina, a capacidade total foi estimada em 40 toneladas de minérios com extração prevista para dez anos. Agora, já passados quatro anos, verificamos que foram extraídas, efetivamente, 20 toneladas.

O trator vendido tem sido depreciado pelo método linear com vida útil prevista em dez anos, com valor residual de 20%.

Considerando que a contabilização estimada da amortização desses ativos tem sido feita normalmente, podemos afirmar que a alienação narrada acima deu origem, em termos líquidos, a ganhos de capital no valor de

- a) R\$ 10.200,00
- b) R\$ 21.200,00
- c) R\$ 20.200,00
- d) R\$ 13.000,00
- e) R\$ 24.000,00

17- Em 31 de dezembro de 2001 o Patrimônio Líquido da S/A Empresa Distribuidora apresentava a composição seguinte, em ordem alfabética:

Capital a Integralizar	R\$ 60.000,00
Capital Social	R\$ 548.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 17.000,00
Outras Reservas de Lucro	R\$ 80.000,00
Reservas de Capital	R\$ 40.000,00
Reserva Legal	R\$ 25.000,00

No mesmo exercício a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados no exercício de 2001 apresentou os seguintes componentes, exceto a reserva legal:

Ajuste credor do saldo inicial	R\$ 2.700,00
Dividendos Propostos	R\$ 30.000,00
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 140.000,00
Reservas de Contingências	R\$ 8.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 4.000,00
Reservas de Lucros a Realizar	R\$ 5.000,00
Reversão de Reservas	R\$ 2.000,00
Saldo Inicial – Prejuízos Acumulados	R\$ 77.700,00

Considerando, exclusivamente, os dados fornecidos, podemos dizer que a parcela de lucro destinada à constituição da Reserva Legal no exercício foi de

- a) R\$ 7.000,00
- b) R\$ 4.600,00
- c) R\$ 3.250,00
- d) R\$ 3.115,00
- e) R\$ 3.000,00

18- A empresa Companhia Especial de Comércio, em 31.12.01, apresenta o seguinte patrimônio líquido:

Capital Social	R\$ 200.000,00
Reservas de Capital	R\$ 30.000,00
Reserva Legal	R\$ 40.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 90.000,00
Reserva de Lucros a Realizar	R\$ 55.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 25.000,00

A empresa verificou que não houve a contabilização da reserva para uma contingência prevista no valor de R\$ 20.000,00, o que se faria com parcela dos lucros do exercício, ora acumulados.

Examinando-se o fato e as circunstâncias, à luz dos preceitos legais, pode-se dizer que a empresa

- a) pode contabilizar a reserva de contingências no valor total de R\$ 20.000,00, mesmo ultrapassando o capital social, pois a reserva de contingências está fora do referido limite.
- b) não pode contabilizar a reserva de contingências, pois o saldo das reservas de lucros já ultrapassa 30% do capital social.
- c) não pode contabilizar a reserva de contingências. Ao contrário, deve deliberar a distribuição de dividendos ou o aumento do capital, com o excesso de reservas já verificado.
- d) pode contabilizar, no máximo, R\$ 15.000,00 para a reserva de contingências, para que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social.
- e) não pode contabilizar a reserva de contingências, pois o saldo das reservas já ultrapassa o capital social.

19- A empresa Dag Mar e Serra S/A, em 31.12.01, apresentava o patrimônio líquido abaixo demonstrado, quando apurou o lucro líquido final no valor de R\$ 65.000,00.

Patrimônio Líquido em 31.12.01

Capital Social	R\$ 100.000,00
Reservas de Capital	R\$ 12.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 8.000,00
Reserva para Contingência	R\$ 61.000,00
Reserva Legal	R\$ 17.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 10.000,00

Agora a empresa deverá constituir a reserva legal requerida por lei no caso de haver lucro no exercício de referência.

Assinale a opção que indica o procedimento correto a ser adotado neste caso.

- a) Deverá, obrigatoriamente, ser constituída uma reserva legal de R\$ 3.250,00, pois 5% do lucro líquido do exercício deverão ser aplicados na constituição dessa reserva.
- b) Não poderá ser constituída uma reserva legal de valor superior a R\$ 2.000,00, pois o saldo das reservas não pode ultrapassar o valor do capital social.
- c) Poderá ser constituída uma reserva legal de R\$ 3.250,00, pois a soma das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, não excederá de 30% do capital social.
- d) Só poderá ser constituída uma reserva legal de R\$ 1.000,00, pois, nesse caso, o saldo da reserva legal somado às reservas de capital atingirá a 30% do capital social.
- e) Deverá, obrigatoriamente, ser constituída uma reserva legal de apenas R\$ 3.000,00, pois o saldo dessa reserva não poderá exceder de 20% do capital social.

20- A Cia. Comercial de Marcas apresentou os seguintes demonstrativos contábeis:

Balço Patrimonial	2000	2001
A t i v o		
Caixa	R\$ 2.000,00	R\$ 10.600,00
Duplicatas a Receber	R\$ 28.800,00	R\$ 18.600,00
Provisão Devedores Duvidosos	R\$ 800,00	R\$ 600,00
Terrenos	R\$ 6.000,00	R\$ 9.600,00
Veículos	R\$ 4.200,00	R\$ 7.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 200,00	R\$ 400,00
P a s s i v o		
Circulante		
Contas a Pagar	R\$ 8.000,00	R\$ 14.000,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00
Longo Prazo		
Empréstimos	R\$ 10.000,00	R\$ 4.000,00
Patrimônio Líquido		
Capital Social	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 7.000,00	R\$ 3.400,00
Demonstração do Resultado do Exercício de 2001		
Receitas de Serviços		R\$ 70.000,00
Despesas Administrativas		R\$ 54.000,00
Despesas Financeiras		R\$ 6.000,00
Devedores Duvidosos		R\$ 600,00
Depreciação		R\$ 200,00
Provisão para Imposto de Renda		R\$ 1.200,00

Ao elaborar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, a empresa em questão deverá apresentar

- a) Origens de recursos no valor de R\$ 8.000,00.
- b) Redução de Capital Circulante Líquido no valor de R\$ 7.600,00.
- c) Aumento de Capital Circulante Líquido no valor de R\$ 15.800,00.
- d) Aplicação de Recursos no valor de R\$ 20.200,00.
- e) Capital Circulante Líquido no valor de R\$ 23.800,00.

25- O estabelecimento, em caráter geral, da definição da base de cálculo e do fato gerador dos impostos discriminados na Constituição há de ser feito por

- a) lei complementar federal, em todos os casos.
- b) exclusivamente por lei complementar federal, para a União, e por lei complementar estadual para os Estados e Municípios.
- c) apenas em lei ordinária federal, estadual e municipal, conforme o caso, tendo em vista o princípio da autonomia dos Estados e Municípios.
- d) lei delegada, medida provisória ou lei ordinária federal em qualquer caso.
- e) lei delegada, medida provisória ou lei ordinária federal quanto aos tributos da União, por lei estadual ou convênios para os Estados, e por lei municipal, para os Municípios.

26- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Lei federal estabelecerá em tabelas de valores, mediante normas gerais, as taxas ou emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- () Segundo a jurisprudência, a correção monetária de débito fiscal pode ser regulada por lei estadual.
- () Compete privativamente aos Estados instituir contribuições previdenciárias passíveis de cobrança de seus servidores.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) F, V, F

27- A assertiva errada, entre as constantes abaixo, é a que afirma que

- a) a instituição de empréstimos compulsórios só pode ser feita por lei complementar.
- b) um dos fundamentos possíveis do empréstimo compulsório é a calamidade pública.
- c) a simples iminência de guerra externa pode justificar a instituição de empréstimos compulsórios.
- d) no caso de investimento público de relevante interesse nacional e de caráter urgente não se aplica o princípio da anterioridade.
- e) os recursos provenientes de empréstimo compulsório só podem ser aplicados para atender à despesa que tiver fundamentado a sua instituição.

28- A assertiva errada, entre as constantes abaixo, é a que afirma que

- a) As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas, seguirão regime próprio de reconhecimento de receitas e não o previsto na legislação do imposto de renda.
- b) uma das alternativas da pessoa jurídica produtora e exportadora de mercadorias nacionais para o exterior é determinar o valor do crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como ressarcimento relativo às contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para a Seguridade Social (COFINS).
- c) segundo entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, a parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.
- d) Aplicam-se à pessoa jurídica adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso da importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora, as normas de incidência das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS sobre a receita bruta do importador.
- e) As instituições responsáveis pela retenção e pelo recolhimento da CPMF deverão apurar e registrar os valores devidos, mesmo no período de vigência de decisão judicial impeditiva da retenção e do recolhimento da contribuição.

29- Assinale a opção correta.

- a) Compete supletivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- b) A instituição das contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas depende de lei complementar de caráter geral que defina o fato gerador e a base de cálculo.
- c) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão reter a contribuição federal, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício desses, de sistemas de previdência e assistência social.
- d) Os rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, a pessoa física que preste serviços à empresa não pode ser objeto da contribuição para a seguridade social por constituírem base de cálculo de outra exação, o imposto de renda.
- e) As contribuições para a seguridade podem ser exigidas imediatamente, por não se lhe aplicar a anterioridade da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado em relação ao exercício financeiro da cobrança.

30- Relativamente ao imposto de renda, assinale a afirmação correta.

- a) A Constituição determina que o imposto de renda seja informado pelo critério de que aquele que ganhe mais deverá pagar de imposto uma proporção maior do que aquele que ganhe menos.
- b) A renda e os proventos de qualquer natureza percebidos no País por residentes ou domiciliados no exterior ou a eles equiparados não estão sujeitos ao imposto em razão do princípio da extraterritorialidade.
- c) No caso de rendimentos percebidos em dinheiro a título de alimentos ou pensões em cumprimento de acordo homologado judicialmente ou decisão judicial, inclusive alimentos provisionais ou provisórios, verificando-se a incapacidade civil do alimentado, não há incidência do imposto.

- d) Em razão do princípio da universalidade da tributação, a ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, está sujeita ao imposto.
- e) A tributação dos rendimentos recebidos por residentes ou domiciliados no Brasil que prestem serviços a embaixadas, repartições consulares, missões diplomáticas ou técnicas não está sujeita à legislação brasileira, por força da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

31- Assinale a resposta correta.

- (i) O imposto sobre produtos industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados estrangeiros?
 - (ii) O campo de incidência do IPI abrange os produtos com alíquota zero?
- a) (i) Sim, porque para efeito de IPI não há distinção em relação à procedência dos bens. (ii) Não, porque alíquota zero equivale à ausência de alíquota.
 - b) (i) Sim, porque se o produto é industrializado esse imposto substitui o de importação. (ii) Sim, porque alíquota zero não impede que o produto siga o regime geral do imposto.
 - c) (i) Sim. A lei assim o diz. (ii) Sim, porque a lei determina que seu campo de incidência abrange todos os produtos com alíquota.
 - d) (i) Não, porque haveria *bis in idem*, já que sobre eles incide o imposto de importação. (ii) Sim, porque o campo de incidência desse imposto abrange todos os produtos industrializados.
 - e) (i) Não, porque o IPI não é um tributo aduaneiro. (ii) Não, porque o campo de incidência advém da Constituição e esta não previu a hipótese.

32- Quanto ao imposto de exportação, avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () O imposto incide sobre mercadoria nacional ou nacionalizada destinada ao exterior.
- () Pelas regras vigentes, o imposto é excepcional, pois somente os produtos relacionados estão a ele sujeitos.
- () O preço, a vista, da mercadoria, FOB ou colocada na fronteira, é indicativo do preço normal, que é a base de cálculo do imposto.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) F, V, F

33- É correto o seguinte asserto:

- a) No que se refere ao imposto de importação, a legislação brasileira, devido ao princípio da nação mais favorecida, determina que todo tratamento aduaneiro decorrente de ato internacional aplica-se a mercadorias originárias de qualquer exportador e não apenas a do país beneficiário.
- b) Compete à autoridade monetária, em especial ao Banco Central do Brasil, a administração do IOF, incluídas as atividades de arrecadação, tributação e fiscalização.
- c) O imposto sobre operações financeiras (IOF) incide sobre operações de crédito realizadas por comerciantes (crédito direto ao consumidor) quando os direitos creditórios não tenham sido alienados.
- d) Quando se tratar de mercadoria despachada para consumo, a norma legal considera como ocorrido o fato gerador do imposto de importação não na data do ingresso nas águas territoriais brasileiras, mas na do registro, na repartição aduaneira, da declaração de importação.
- e) O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) ocorre em cada exercício ao completar-se um ano civil em que o contribuinte esteja vinculado ao imóvel.

34- Relativamente ao Imposto Territorial Rural (ITR), avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Como regra, o ITR incide inclusive sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária.
- () Segundo a interpretação legal, imóvel rural de área inferior a 30 hectares, independentemente do local onde se encontre, é considerada pequena propriedade, imune ao imposto.
- () O "posseiro" do imóvel é estranho à relação jurídica relativa ao ITR, pois o contribuinte do imposto é o titular do domínio útil ou o proprietário.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) F, V, F

35- As microempresas optantes pelo SIMPLES, que utilizarem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, ficam obrigadas a manter, à disposição da Secretaria da Receita Federal, os respectivos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo decadencial previsto na legislação tributária?

A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado entre outros, do IRPJ (imposto de renda das pessoas jurídicas)?

O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma descentralizada, junto ao INSS, à Receita Federal e ao órgão arrecadador do Estado?

- a) Não, não, não
- b) Não, sim, não
- c) Sim, não, não
- d) Sim, sim, não
- e) Sim, sim, sim

36- Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Nesse contexto, disporá sobre isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas. Ela o fará mediante

- a) resolução do Senado Federal.
- b) decreto legislativo.
- c) lei complementar.
- d) lei ordinária.
- e) lei delegada ou medida provisória.

37- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () O legislador não poderá autorizar a descon sideração dos atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de eclipsar a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, desde que observados pelo sujeito passivo as normas próprias do direito privado.
- () O CTN foi alterado, entre outros pontos, para esclarecer que a imunidade das instituições de educação e de assistência social só atinge aquelas sem fins lucrativos.
- () A antecipação de tutela é figura mais recentemente introduzida no direito processual pátrio (1994), e o CTN lhe é anterior (1966), não se achando expressamente prevista neste como uma das modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, V, F
- e) F, F, F

38- Preencha as lacunas com as expressões oferecidas entre as cinco opções abaixo.

- Se a lei atribui ao contribuinte o dever de prestar declaração de imposto de renda e de efetuar o pagamento sem prévio exame da autoridade, o lançamento é por _____.
- Segundo os termos do CTN, na redação vigente a partir de 11 de janeiro de 2002, a lei pode circunscrever a aplicabilidade do _____ a determinada região ou a determinada categoria de _____.

- a) declaração / crédito tributário / ocupação profissional
- b) declaração / regime aduaneiro / mercadorias
- c) homologação / regime automotivo / empresas, segundo seu porte ou procedência
- d) homologação / parcelamento / moeda de conta ou de pagamento
- e) homologação / parcelamento / responsáveis ou contribuintes

39- • Uma decisão judicial reconheceu ao contribuinte o direito de efetuar a compensação do imposto de renda mediante o aproveitamento de certa parcela do IPI que considerou indevida. O contribuinte efetuou o referido aproveitamento. O Auditor considerou errado o procedimento do contribuinte, porque a Fazenda havia recorrido da decisão do juiz de primeiro grau. Está certo o Auditor?

- A isenção outorgada depois do fato gerador mas antes do lançamento exclui o crédito tributário?
- É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação relativa a representação fiscal para fins penais, obtida em razão do ofício?

- a) Não, não, não
- b) Sim, não, não
- c) Sim, sim, não
- d) Sim, não, sim
- e) Sim, sim, sim

40- Assinale a opção errada entre as relacionadas abaixo.

Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade tributária:

- a) o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
- b) a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- c) a interrupção da prescrição, em favor de um dos obrigados, favorece aos demais.
- d) a interrupção da prescrição, contra um dos obrigados, prejudica aos demais.
- e) ao demandado assiste o direito de apontar o devedor originário para solver o débito e assim exonerar-se.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões 41 a 46, assinale a opção correta.

- 41- a) Uma vantagem funcional incorporada à remuneração do servidor público no regime da Constituição passada deve continuar a ser paga a ele, mesmo que a Constituição nova o proíba, uma vez que a nova Constituição não pode retroagir para afetar situações que foram iniciadas antes do seu advento.
- b) Leis anteriores à Constituição em vigor somente continuam a produzir efeitos na vigência da nova ordem se forem expressamente recepcionadas pelo legislador da nova ordem.
- c) Tratados celebrados pelo Brasil, que estejam em linha colidente com normas constitucionais, embora não revoguem a Constituição, paralisam a eficácia desta nos pontos em que se chocam.
- d) O STF pode declarar a inconstitucionalidade de certos entendimentos de um ato normativo, objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade, sem, contudo, declarar inválido o próprio ato normativo.
- e) O Judiciário não tem competência para desautorizar decisões tomadas pelo poder constituinte de reforma, que, no exercício da sua função de emendar a Constituição, é soberano.

- 42- a) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o Presidente da República, quando este figurar como réu em ação popular.
- b) O Supremo Tribunal Federal tem competência para julgar conflitos entre a União e os Estados-membros, além de conflitos destes últimos entre si.
- c) Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar ação popular contra ato jurisdicional praticado por membro da mesma Corte.
- d) Cabe à Justiça Federal de primeira instância julgar o *habeas corpus* contra ato do Presidente da República.
- e) Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

- 43- a) As normas constitucionais programáticas, por se destinarem, por sua própria natureza, a uma duração limitada no tempo, estão todas situadas na parte da Constituição relativa às disposições constitucionais transitórias.
- b) As normas constitucionais programáticas não produzem efeito jurídico algum, a não ser depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- c) Nenhuma norma da Constituição Federal possui eficácia plena, porque todas elas dependem, em maior ou menor grau, de desenvolvimento do seu conteúdo pelo legislador ordinário.
- d) A Constituição que não adota normas programáticas é conhecida pela doutrina como Constituição dirigente.
- e) Um direito previsto numa norma constitucional de eficácia contida pode ser restringido por meio de lei ordinária.

- 44- a) É auto-aplicável a norma constitucional que estabelece que a remuneração dos ocupantes de cargos na Administração Pública, incluídas as vantagens pessoais, não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) Servidores inativos, mesmo que aposentados antes da promulgação da Constituição, estão sujeitos ao teto de remuneração nela estabelecido.
- c) Nada impede que, em dispositivo específico, lei orçamentária fixe nova remuneração para servidores públicos de determinadas carreiras.
- d) A Constituição de um Estado-membro pode determinar a equiparação remuneratória entre cargos do serviço público estadual.
- e) O Presidente da República tem a iniciativa privativa de projetos de lei sobre a remuneração e subsídios de servidores públicos e membros dos três poderes da União.
- 45- a) Toda lei emanada do Congresso Nacional, por ser hierarquicamente superior às leis ordinárias estaduais, prevalece sobre essas, quando dispuserem em sentido conflitante.
- b) A lei ordinária federal válida, por conta do princípio da hierarquia das leis, não pode contrariar o disposto em Constituição Estadual.
- c) Sendo a matéria da competência legislativa da União, o princípio federativo não obsta que a lei federal ordinária prevaleça sobre as leis complementares dos Estados que versam sobre o mesmo assunto.
- d) Em face do princípio federativo, toda vez que uma lei ordinária estadual conflitar com o disposto numa lei ordinária federal, aquela deverá prevalecer.
- e) Em sendo a matéria da competência legislativa comum dos Estados e da União, o legislador estadual somente pode editar lei se a União não o fizer.
- 46- a) A lei anterior à Constituição em vigor, que com ela não se compatibiliza materialmente, é considerada revogada por esta.
- b) Somente o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, pode resolver controvérsia sobre a continuidade da vigência, no atual regime constitucional, de lei ordinária anterior à Constituição de 1988.
- c) Os Estados-membros podem efetuar o controle abstrato de leis estaduais e municipais em face da Constituição Federal, por meio de representação de inconstitucionalidade.
- d) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, em uma ação direta de inconstitucionalidade, somente produzirá eficácia contra todos depois de suspensa a execução da lei pelo Senado Federal.
- e) O Advogado-Geral da União tem legitimidade para, em nome do Presidente da República, propor ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- 47- Assinale o ato normativo abaixo que não é objeto próprio de ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal:
- a) Medida Provisória
- b) Emenda à Constituição
- c) Decreto regulamentador de lei
- d) Dispositivo de Constituição Estadual
- e) Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

48- Suponha que uma lei que concede aumento a servidores públicos, depois de três meses de vigência, venha a ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade. À vista disso, assinale a opção correta.

- a) Embora a lei seja declarada inconstitucional, os servidores deverão continuar a receber o aumento que ela concedeu, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, à conta do princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- b) Porque a declaração de inconstitucionalidade é retro-operante, em princípio, poderá ser demandada dos servidores a devolução do que receberam em virtude da lei inconstitucional.
- c) Por causa do princípio da irredutibilidade de vencimentos, os servidores não deverão repor o que receberam antes de a lei ser declarada inconstitucional.
- d) Porque a declaração de inconstitucionalidade, em regra, produz efeitos a partir da decisão do STF, somente os servidores que ingressarem no serviço público depois do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade estarão impedidos de receber a vantagem criada na lei criticada.
- e) A declaração de inconstitucionalidade do STF em ação direta de inconstitucionalidade, porque é abstrata, não produz nenhuma influência sobre a situação dos servidores que vinham recebendo a vantagem.

49- Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado, no mérito, definitivamente improcedente uma ação declaratória de constitucionalidade. A decisão já transitou em julgado. Com estas informações é seguro e certo afirmar que:

- a) A ação declaratória de constitucionalidade não foi proposta pelo Presidente da República.
- b) A lei é federal ou estadual, mas com certeza não é municipal.
- c) A lei não mais poderá ser aplicada por nenhum órgão do Poder Executivo Federal.
- d) Se a lei era estadual, a ação terá sido proposta pelo Governador do Estado.

e) O resultado da decisão não cria obstáculo a que a lei venha a ser apreciada por outros órgãos do Judiciário, no exercício do controle incidental de constitucionalidade, e que a lei venha a ser declarada quer constitucional quer inconstitucional pelo julgador.

50- Assinale a opção correta.

- a) Entes estaduais não têm competência para apresentar proposta de emenda à Constituição.
- b) A lei pode declarar a inconstitucionalidade de outro ato normativo, sempre que for evidente o vício de legitimidade.
- c) Os projetos encaminhados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional podem ter a sua discussão iniciada, indiferentemente, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.
- d) Uma vez aprovado o projeto de lei na Câmara dos Deputados, onde tiveram início as discussões e votação do mesmo, o projeto seguirá para o Senado Federal, que, se o aprovar, mesmo que com emendas, deverá remetê-lo ao Presidente da República para a sanção ou veto.
- e) Uma lei federal, no regime constitucional vigente, pode ser aprovada pelo Congresso Nacional sem a manifestação do Plenário da Câmara dos Deputados ou do Plenário do Senado Federal.

51- Assinale a opção em que consta caso de acumulação vedada constitucionalmente. Considere, para a sua resposta, que as profissões de médico, dentista e de fisioterapeuta são profissões regulamentadas por lei.

- a) Dois cargos de professor de ensino médio.
- b) Dois cargos de dentista na Administração Direta Federal.
- c) Cargo de professor de instituição de ensino superior federal com emprego de professor em instituição privada de ensino.
- d) Vencimentos de cargo de médico com vencimento de professor de Universidade Federal com proventos de outro cargo de médico.
- e) Cargo de fisioterapeuta na Administração autárquica federal com outro emprego de fisioterapeuta em uma sociedade de economia mista estadual.

52- Assinale a opção em que consta afirmativa errada sobre a intervenção federal:

- a) A intervenção federal pode ser decretada para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública em um Estado da Federação.
- b) Os Municípios situados nos Estados da Federação são insuscetíveis de sofrer intervenção federal.
- c) A intervenção federal pode ser decretada pelo Procurador-Geral da República para preservar os direitos humanos em Estado da Federação que não o esteja defendendo a contento.
- d) O Distrito Federal pode sofrer intervenção federal.
- e) O Estado que descumpra decisão judicial provinda da Justiça do Trabalho pode sofrer intervenção federal por requisição do Supremo Tribunal Federal.

53- Sobre as medidas provisórias, assinale a opção correta.

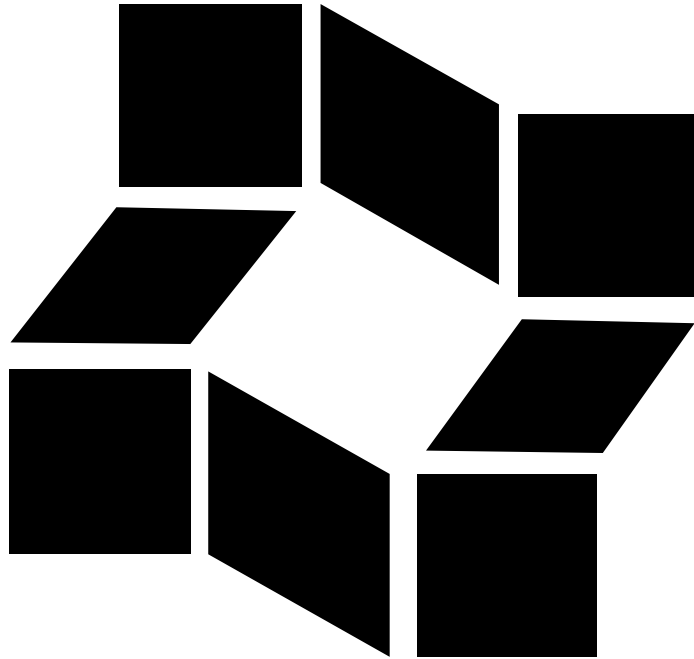
- a) Podem dispor sobre assunto que o constituinte entregou à regulação por lei ordinária ou complementar.
- b) Medida provisória não pode, no regime constitucional atual, alterar o Código Penal, mesmo que seja para descriminalizar condutas.
- c) O Presidente da República pode delegar o poder de editar medida provisória a autoridades graduadas da República.
- d) Havendo urgência e relevância, o Presidente da República pode revogar, por meio de medida provisória, dispositivos da legislação eleitoral vigente.
- e) O juízo de relevância e urgência para a edição de medida provisória é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.

Nas questões 54 a 60, assinale a opção correta.

- 54-
- a) Deve ser estendida ao aposentado a gratificação deferida de forma geral a todos os servidores públicos da mesma carreira do inativo, mesmo que a lei seja silente sobre essa extensão.
 - b) A lei pode estipular teto máximo do valor da aposentadoria de todos os servidores públicos, diferente do teto fixado para os servidores em atividade.
 - c) O pensionista do servidor público somente faz jus aos reajustes gerais dos servidores públicos, não lhe podendo ser pagas vantagens e gratificações criadas para os integrantes da carreira do instituidor da pensão depois da morte deste.
 - d) Como regra geral, uma vez provada a similitude de atribuições entre duas carreiras distintas do serviço público, o Judiciário pode estender vantagem pecuniária criada por lei para os servidores de uma delas aos servidores da outra carreira não contemplada pelo legislador com a benesse.
 - e) O vencimento básico do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo e deve ser complementado até atingir esse patamar, mesmo que a sua remuneração total, obtida pela soma do vencimento básico com outras vantagens de natureza permanente, supere o valor do salário-mínimo.

- 55- a) Harmoniza-se com a Constituição o advento de uma lei que determine a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço prestado pelo servidor estatutário em localidades de difícil acesso, desde que seja premente a necessidade de preenchimento de quadros de pessoal nessas localidades.
- b) O efetivo exercício do direito de greve por servidores públicos estatutários na órbita da União e no âmbito do Estado-membro, depende da edição de lei complementar federal e de lei complementar estadual, respectivamente.
- c) Somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado o servidor público estável pode perder o seu cargo.
- d) Não há previsão constitucional para qualquer aposentadoria do servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) O Poder Executivo está constitucionalmente obrigado a tomar medidas que assegurem aos servidores públicos a revisão geral anual de suas remunerações.
- 56- a) Pessoa jurídica não pode pleitear danos morais em ação de responsabilidade civil do Estado.
- b) Em caso algum admite-se a responsabilidade civil do Estado por ato praticado por membro do Poder Judiciário.
- c) Não cabe ação de indenização por responsabilidade civil do Estado, por danos físicos em paciente, decorrentes de cirurgia em hospital do Estado, se não provado que houve erro médico.
- d) O Estado deve ser considerado responsável, objetivamente, por todo crime que resulta em dano material para a vítima, pressupondo-se a sua omissão no dever de prestar segurança.
- e) Não apenas as hipóteses de ofensa à reputação, dignidade e imagem da pessoa podem ensejar indenização a título de responsabilidade civil do Estado. Também a dor pela morte, em circunstâncias que atraem a responsabilidade do poder público, pode ser objeto de indenização.
- 57- a) O Ministério Público tem legitimidade para defender judicialmente interesses das populações indígenas.
- b) Ao estabelecer que o Ministério Público é o titular da ação penal pública, a Constituição implicitamente proíbe, entre nós, a ação penal privada.
- c) Em função do princípio da unidade do Ministério Público, atos próprios de membro do Ministério Público Federal podem ser praticados por membro do Ministério Público estadual, no impedimento daquele.
- d) Ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais; é-lhe vedada, porém, a defesa de interesses individuais quaisquer.
- e) Nos termos da jurisprudência pacificada, o Ministério Público pode, prescindindo de ordem judicial, determinar a quebra do sigilo bancário de pessoa sob a sua investigação.
- 58- a) Todas as deliberações do Congresso Nacional estão sujeitas a veto do Presidente da República.
- b) Dá-se o chamado *veto tácito* quando o Presidente da República permanece inerte durante o prazo de que dispõe para vetar ou sancionar o projeto de lei.
- c) Cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal sancionar projetos de lei do interesse da magistratura federal.
- d) O Presidente da República pode vetar um parágrafo de um artigo de um projeto de lei, sem vetar todo o artigo.
- e) O Congresso Nacional pode rejeitar o veto do Presidente da República a um projeto de lei, desde que assim o delibere até o final da sessão legislativa em que o veto ocorreu.

- 59- a) O Legislativo não pode dispor sobre matéria da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo sem a provocação deste, nem pode fixar prazo para que o Chefe do Executivo apresente projeto de lei sobre tema da iniciativa privativa deste.
- b) O projeto de lei da iniciativa privativa do Presidente da República pode sofrer qualquer emenda no Congresso Nacional, desde que a inovação não aumente o total das despesas da União, previsto na lei orçamentária anual.
- c) Pacificou-se o entendimento de que não sofre de inconstitucionalidade a lei resultante de projeto de lei apresentado por parlamentar, versando matéria da iniciativa privativa do Chefe do Executivo, desde que tenha sido sancionada pelo Presidente da República.
- d) A medida provisória pode ser editada com relação a matéria que se inclui no âmbito da iniciativa legislativa reservada ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.
- e) A Constituição Federal não pode ser emendada por proposta de membros do Congresso Nacional em matéria que, no plano legal, se situa no âmbito da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo.
- 60- a) Durante a vigência do seu mandato, o Senador ou o Deputado Federal está livre de qualquer espécie de prisão.
- b) Somente depois de obtida licença da Câmara dos Deputados, o membro dessa Casa do Congresso Nacional pode ser processado por crime comum.
- c) Nos crimes comuns, o Deputado Federal e o Senador são processados pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) A proteção resultante da garantia da imunidade em sentido material dos Deputados Federais e Senadores por suas palavras e opiniões limita-se aos casos em que expendidas no exercício do mandato ou em razão deste.
- e) Iniciado o processo criminal contra o Senador ou o Deputado Federal, o processo não poderá ser susgado pela Casa Legislativa a que pertence o réu.



ESAF